

Associação nega que articule o fim da paralisação

O diretor de imprensa da Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (ASSETJ), **Sylvio Miceli**, afirmou nesta terça-feira (6/11) que as entidades coordenadoras do movimento grevista no Judiciário paulista “não estão articulando o retorno ao trabalho”. Segundo Miceli, quem vai determinar o desfecho da paralisação “é a Assembléia Estadual, e não há por parte das entidades qualquer manipulação”.

A contestação foi feita em razão de notícia veiculada na **Consultor Jurídico**. A informação divulgada, contudo, não se referia às entidades nem ao comando de greve, mas ao estado de ânimo de líderes do movimento (com ou sem papel formal no contexto) – principalmente no Interior -, que já dão sinais de esgotamento com o demorado processo.

Outra avaliação setorizada, não admitida publicamente, dá conta de uma grande preocupação com a opinião pública.

A coragem e o destemor dos servidores do Judiciário de São Paulo chamou a atenção do país. O funcionalismo estadual e nacional acompanha com interesse o movimento paulista. Nesse sentido, “entregar os pontos” sem vantagens palpáveis não seria apenas uma derrota localizada.

Mas do outro lado do balcão o entendimento é o mesmo. Uma vitória fragorosa dos funcionários estimularia movimentos idênticos em todo o país em que, a pretexto de pressionar o Estado, pune-se a população.

O fato é que o Tribunal de Justiça, a Assembléia Legislativa e o governador Geraldo Alckmin acabaram cedendo além do que se imaginava. Embora não tenham chegado perto de atender às reivindicações dos trabalhadores, os doze pontos alinhados pelo TJ, com eventuais avanços condicionados na própria proposta, compõem um termo de entendimento que não torna a volta ao trabalho desonrosa e nem desmerece os líderes que, efetivamente, defendem o fim da greve.

Date Created

06/11/2001